

POLÍTICAS DO COMUM NAS CIDADES

Carlos Henrique Magalhães de Lima (Universidade de Brasília)

Adriana Mara Vaz de Oliveira (Universidade Federal de Goiás)

RESUMO GERAL

Propomos nosso debate a partir da seguinte questão: seriam as experiências do comum fonte para elaborações urbanísticas? O comum voltou ao centro dos debates nas esquerdas durante a década de 1990, motivada pelas ações e slogans do movimento zapatista. O termo carrega em seu interior uma alternativa ao capitalismo, servindo como base para formas de vida não subordinadas aos poderes hegemônicos. Nas fendas entre Estado/mercado/Sociedade, o termo aponta para possibilidades de uma sociedade cooperativa traduzível num projeto político coerente.

Nas cidades, os enunciados e ações dos ativistas dos partidários do comum enfrentam desafios que nos parecem possíveis de serem respondidos com posições semelhantes a de Silvia Federici para quem a perspectiva feminista pode ser um ponto de partida para o questionamento da iniquidade instalada no mundo do trabalho e como prisma através do qual todo modelo de organização deve ser testado. Há ações potencialmente capazes de fortalecer formas de vidas mais colaborativas, em especial no âmbito urbano. Podemos lembrar as hortas nos EUA que se estenderam por todo o país graças à iniciativas de comunidades negras e que se mostram como referências para pensar a insegurança alimentar (Federici) ou ainda os jardins urbanos que se tornaram fortalecedores da coesão social.

Apesar de práticas bem sucedidas a indicar possibilidades, o campo urbanístico, dependente da iniciativa estatal ou privada, nos parece sempre na berlinda, correndo o risco de capturar essas iniciativas de forma demagógica ou publicitária. Diante deste risco, como nos posicionar diante do comum em termos teóricos e práticos na construção/transformação de nossas cidades, historicamente marcadas por clivagens profundas? Seríamos capazes de propor, sem impor, cidades dentro de cidades? Em que medida estas cidades dentro de cidades teriam potência para afirmar a positividade de seus modos de vida? Seriam elas novos guetos? Diante de tais desafios e das dificuldades impostas por um mundo cada vez mais regido pelo financismo, concentração de renda, intolerância e radicalidade, como vencer o nihilismo e recuperar a esperança?

VIVÊNCIAS EM CEILÂNDIA:

O CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 19

Elane Ribeiro Peixoto (Universidade de Brasília)

O Laboratório de Estudos da Urbe (Labeurbe) e o Laboratório de Vivências e Reflexões Antropológicas: Direitos, Políticas e Estilos de Vida (Laviver), vinculados aos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Antropologia Social da Universidade de Brasília firmaram uma colaboração da qual resultou o projeto de pesquisa “Cotidianos Escolares e Dinâmicas Metropolitanas da capital do Brasil”. Nos interessava o viver na cidade fragmentada, constituída no caso de Brasília, pelo Plano Piloto e suas cidades satélites. Para viabilizar a pesquisa, procedemos um primeiro recorte elegendo o Plano Piloto e Ceilândia e a ancoramos em duas escolas, os Centros de Ensino Fundamental, CEF 19 e CEF 02, respectivamente em Ceilândia e Plano Piloto. Nelas poderíamos contar com as vivências de estudantes, professores e funcionários, cujos cotidianos, implicam movimentos pela cidade realizados em percursos vencidos em minutos de caminhada ou em horas em transporte público. No bojo de nossas inquietações, afluíam perguntas derivadas de nossa questão central concernentes às práticas espaciais no intervalo entre o dia a dia e as ocasiões extraordinárias. Essas práticas ultrapassam a experiência do deslocamento e cingem outras, frutos da relação afetiva-simbólica estabelecida com a cidade. Aqui apresentamos um relato de nossa inserção no CEF 19

EXPERIMENTANTO O COMUM

Pedro Britto (Universidade Federal de Goiás)

As formas de socialização que se pretendem exterior à economia monetária e mercantil mobilizam esforços na compreensão de sua extensão e radicalidade. Entre seus entusiastas e, seus críticos, impõe-se o enfrentamento dos conflitos inerentes a uma tal opção de vida. Neste sentido, duas experiências tensionam conceitos naturalizados sobre o público e o privado, abrindo espaço para o questionamento das relações monetarizadas, das introjeções construídas sobre a propriedade, a posse, o uso e a necessidade. Trocação problematiza um agenciamento de trocas promovido ao longo de 14 dias no espaço público de Weimar, Alemanha, onde foi estabelecida uma base de ação ininterrupta de trocas diretas ou indiretas - quando intermediadas por jogos, performances, apresentações, aulas públicas, produção de alimentos e outras formas de compartilhamento. A segunda experiência trata de um processo didático desenvolvido no âmbito do atelier de Projetos Urbanos 1, do curso de arquitetura e urbanismo da UFG. Na ocasião houve o desafio de refletir sobre modos urbanos contemporâneos de instauração do comum, sobretudo quando atravessados pelo questionamento de axiomas como propriedade privada, nacionalidade, gênero, etnia, família, posse e necessidade. O exercício propôs o parcelamento do solo em uma grande área de Goiânia e logrou a espacialização do comum.

URBANISMO PARA POLÍTICAS DO COMUM

Carlos Henrique de Lima (Universidade de Brasília)

Partimos das ideias de Federici (2018) sobre o comum para refletir sobre experiências na metrópole de hoje. O comum é lido aqui como campo compartilhado de ação potencialmente capaz de articular resistências perante à subordinação das relações capitalistas. Como exemplos, destaco as atividades comunitárias de imigrantes africanos e do Caribe que produziram hortas comunitárias como a South Central Farm, em Los Angeles, possibilitando o surgimento de laços sociais diversos. Ações semelhantes operam como agregadores com potencial de reunir sujeitos comprometidos não apenas com a atividade fim, mas em celebrar também momentos de vida, para transmitir práticas sociais de interesse das coletividades. A ênfase dos comuns não está apenas no domínio do território físico, mas abrange saberes e informação. Assim, que possibilidades as práticas do projeto e planejamento urbano poderiam incentivar a proliferação de comuns e potencialmente apontar para um outro modelo de produção urbana que não o vigente?

REGISTRO DA ARQUITETURA VERNÁCULA POPULAR EM GOIÂNIA

Adriana Mara Vaz de Oliveira (Universidade Federal de Goiás)

“Arquitetura dos sentidos: entre o vernáculo e o popular” desenvolve-se no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Goiás e investiga a arquitetura vernácula e popular na região de Goiânia, com o objetivo de reconhecer a interlocução entre a cultura e a casa do homem comum. É importante salientar que o adjetivo comum une-se ao substantivo comum com o intuito de perseguir práticas coletivas. A casa consegue sintetizar com mais clareza o que é próprio do lugar, pois há uma correspondência imediata da vida do homem e seu espaço de morar. A arquitetura vernácula goiana foi objeto de estudos anteriores nos quais se constatou, tanto na sua materialidade como na forma de apropriação e uso, uma imbricação entre o meio rural e o urbano, identificando a sua vernaculidade. Essa vernaculidade foi edificada nos séculos XVIII e XIX, chegando ao século XX por meio das tradições construtivas e do hábito. Seria possível identificá-las em Goiânia? É o que atualmente se investiga e para tal, privilegia-se produtos de tradições construtivas e práticas coletivas nos seus espaços de moradia

POIS É, DAQUI ESCUTO

Priscila Erthal Risi (Universidade de Brasília)

"Daqui" pretendemos debater modos de falar de urbanismo em sala de aula para estudantes de Arquitetura e Urbanismo, a partir de reflexões que valorizem as

especialidades e sociabilidades urbanas como se dão: aquelas dos habitantes comuns, desconhecidos, dos *Outros*, do ordinário. O comum-Outro torna-se o lugar da reflexão sobre práticas sociais e espaciais e ordenamentos culturais. Pedimos emprestado a um quadro teórico debatido por outras disciplinas e nos contaminamos de uma técnica da cotidianidade, para debater experiências em espaços urbanos e cenários do coletivo que muitas vezes não tem forma, se deformam, amassam, dobram e criam a potência do "estado de excitação de ações intermináveis", como debatido por Manuel Delgado. Entende-se que deixar a problemática urbana emergir a partir de imersões pela cidade se localiza na e através das possibilidades de leituras dos alunos (a ideia de situar-se, entender de onde fala - o "Daqui") e como estes alunos tornam essa experiência passível de descrição. A descrição viabiliza uma relação mais dialógica, que instigue nos estudantes uma necessidade de problematizar mais a atuação de arquitetos e urbanistas em suas intervenções na cidade e suas transformações dos espaços.